

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Autoritarismo e autoridade

OSÉ GOLDEMBERG

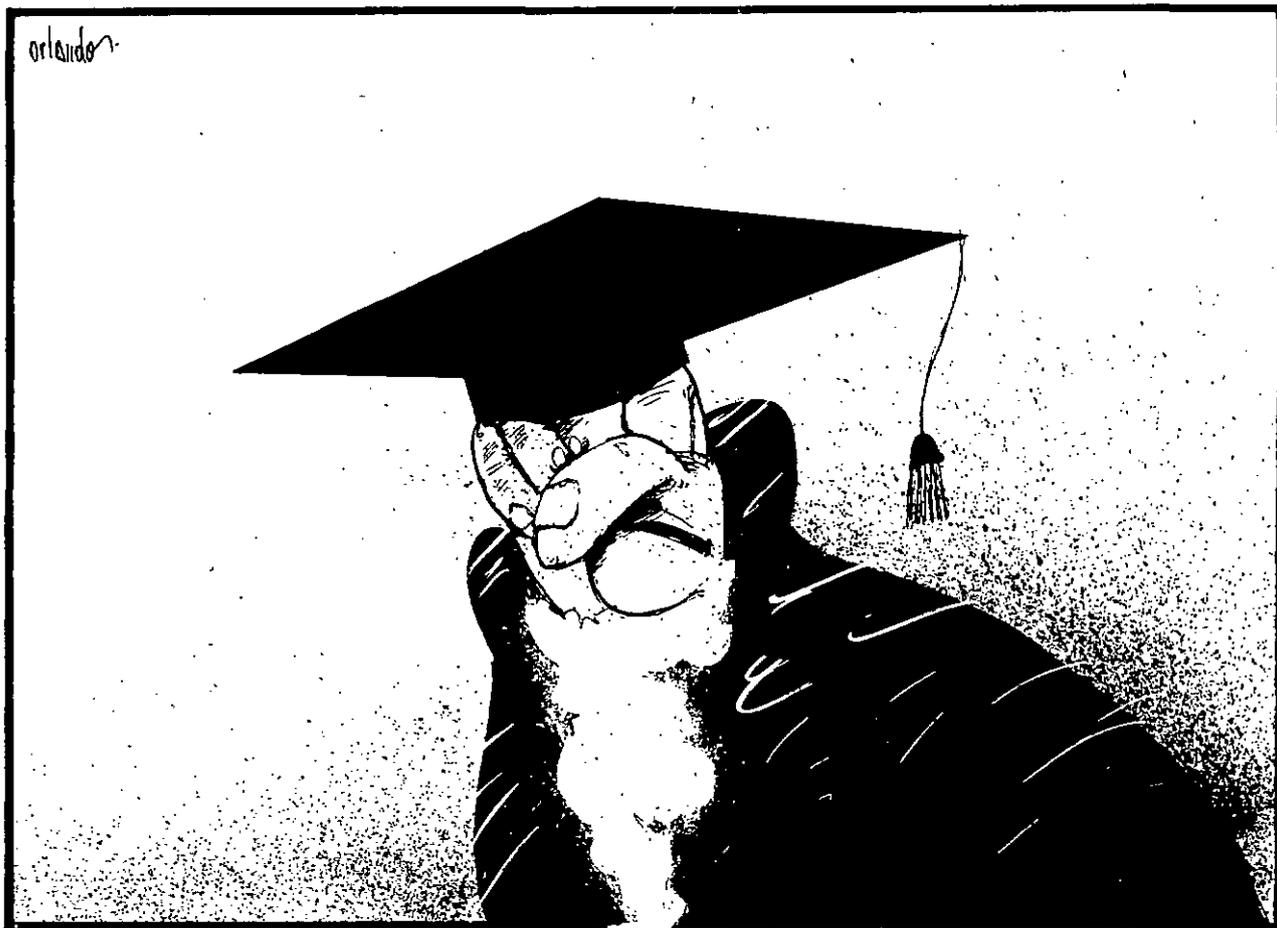
Com o fim do autoritarismo e o retorno gradual ao regime democrático, o país está atravessando uma perigosa fase no seu amadurecimento político, que é claramente perceptível dentro das universidades: a da ausência de limites das formas e conteúdos das reivindicações que gera o perigo da anarquia e da ingovernabilidade.

O mesmo ocorre em todos os níveis do governo e está associado a um processo mais geral. O Simpósio sobre a Transição Democrática, realizado em meados deste ano na USP, previu em linhas gerais o mal-estar que se criou hoje em torno do fim da transição, na qual a ausência de legitimidade e liderança atinge o regime de governo e a própria figura do presidente da República, ameaçando a todos com uma crise de ingovernabilidade para o país.

Exemplos históricos do que isso significa podem ser úteis à reflexão. O que ocorre nas universidades e fora delas, já ocorreu na Grécia antiga: o impasse criado pela capacidade das assembleias de formular demandas, por mais irresponsáveis que fossem, e sua incapacidade de processá-las. Antes de Péricles, a ação dos demagogos nas assembleias gerais de Atenas levou a tais extremos, que foi necessário impor um "quorum" mínimo para a tomada das decisões mais sérias como aumentar impostos ou declarar guerra aos vizinhos.

Assim também, nas assembleias universitárias de hoje, é comum quarenta ou cinquenta funcionários ou docentes — todos da mesma facção política — declararem greve em nome de certas reivindicações e depois tentar levar a enorme maioria que não participou da assembleia a acompanhá-los, usando desde a pressão moral até a intimidação e a força para isso, e capitalizando as inquietações e o mal-estar que derivam de uma situação econômica extremamente instável. Pior ainda, é que os próprios líderes que iniciam o movimento se transformam em seus prisioneiros, servindo mais como "correia de transmissão" de demandas, do que como líderes de fato.

Tornou-se comum em muitas universidades que os reitores não se oponham a tais movimentos, eleitos que foram pelas assembleias, tornando-se dirigentes apenas no papel. A fraqueza deles tem como resultado que as demandas não sejam processadas dentro da Universidade, mas desdobrem no Ministério da Educação ou na Presidência da República, reforçando justamente o centralismo autoritário que se pretende eliminar.



Dessa forma as universidades correm o risco de se tornarem palco de um processo de desmoralização do regime democrático, porque se transformam num local onde greves não têm nenhum custo para os grevistas, que jamais sofrem sanções, mesmo quando o movimento causa prejuízo para os alunos e para a sociedade em geral. Quando a greve não tem custos, pode ser deflagrada por qualquer motivo legítimo ou não; inclusive, passa a ser usada antes e independentemente de negociações prévias, que não estão sendo negadas em nenhuma universidade do país e, muito menos, nas universidades estaduais paulistas. A exacerbação das demandas de líderes fascinados pelo poder aparentemente ilimitado, mas ilusório, de invadir restaurantes, ocupar reitorias e constranger colegas, está levando à desmoralização destas instituições, que deixam de cumprir seu papel, e que serão julgadas pelo resto da sociedade desta maneira.

Exemplo claro de demandas exacerbadas e inatendíveis acabamos de presenciar na própria Assembleia Nacional Constituinte, onde a soma das propostas de vinculação dos

recursos orçamentários representava quatro vezes o orçamento federal. Felizmente a Comissão de Sistematização teve o bom senso de manter apenas a vinculação de 18% dos recursos da União para a Educação, o que mostra não só que colegiados responsáveis podem funcionar, cumprindo seu papel de priorizar demandas para poder atendê-las, como também que Educação, ao menos, é objeto de algum respeito no país.

É por essas razões que é necessário distinguir entre autoritarismo — que todos nós combatemos — e autoridade, que é indispensável para gerir uma sociedade democrática.

Isto vale para o país em geral, mas vale também para as universidades do Estado de São Paulo, que ainda não foram submersas por um mar de reivindicações inatendíveis. O "assembleísmo" desatinado ainda não tomou conta das universidades paulistas, justamente porque seus dirigentes, reconhecendo a necessidade de manter internamente o diálogo, têm enfrentado com seriedade — e resolvido — muitos dos problemas existentes, atendendo reivindicações justas. Em outras palavras, as demandas têm sido processadas dentro

das próprias universidades, e não simplesmente lançadas ao governo, que se defronta com muitas outras reivindicações e não vê, com facilidade, por que privilegiar as instituições de ensino superior.

Para fazer isto, os reitores das universidades de São Paulo — e, no caso particular, o reitor da USP — não têm sido autoritários, mas têm feito prevalecer sua autoridade como dirigentes legítimos que emergiram de processos democráticos, demitindo funcionários incompetentes, e punindo vandalismos e violências contra colegas e contra o patrimônio público.

Se esta autoridade não for preservada, não será o amor-próprio dos reitores que será atingido, mas a Universidade. A preservação do valor dos salários é imprescindível. A atual situação é, certamente, insustentável. Mas as reivindicações devem ser feitas dentro de um espírito verdadeiramente democrático de diálogo e negociação.

JOSÉ GOLDEMBERG, 59, é reitor da Universidade de São Paulo, professor-titular e ex-diretor do Instituto de Física desta universidade; foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).